

O PAPEL DA FAMÍLIA NA CONSTRUÇÃO DO APEGO AO LUGAR ENTRE JOVENS RURAIS

THE ROLE OF THE FAMILY IN THE CONSTRUCTION OF PLACE ATTACHMENT AMONG RURAL YOUTH

EL PAPEL DE LA FAMILIA EN LA CONSTRUCCIÓN DEL APEGO AL LUGAR ENTRE JÓVENES RURALES

Fábio dos Santos Massena¹

Ian Felipe Nascimento²

Enzo Yuri Ferreira Sousa³

Franciellem Santos da Silva⁴

Vanessa Lino da Silva⁵

Gilson Oliveira Santos⁶

RESUMO: O sentimento de pertencimento e os vínculos estabelecidos com o território constituem elementos importantes na construção da identidade e dos projetos de vida da juventude rural. Embora a família seja frequentemente mencionada como uma das dimensões do apego ao lugar, sua participação na continuidade das conexões com o lugar ainda é pouco explorada. Nesse contexto, o presente estudo teve por objetivo analisar o papel da família na construção e na continuidade intergeracional do apego ao lugar entre jovens rurais, discutindo sua influência na formação dos vínculos afetivos, culturais, identitários e simbólicos associados ao território. Trata-se de uma pesquisa de natureza teórica, desenvolvida por meio de revisão narrativa da literatura. Os resultados da análise indicam que a família ultrapassa a condição de uma categoria específica nessa concepção, exercendo uma função transversal na construção e manutenção dos vínculos estabelecidos com o ambiente, a comunidade, as tradições e o modo de vida. Além disso, as discussões evidenciam que a busca por autonomia e a elaboração de projetos próprios não implicam, necessariamente, o enfraquecimento dos vínculos afetivos com a família e o território. Conclui-se que a família desempenha papel central na continuidade intergeracional do apego ao lugar, contribuindo para a preservação e a resignificação dos vínculos afetivos, culturais e identitários construídos com o espaço rural.

1

Palavras-chave: Identidade territorial. Sucessão geracional. Vínculos afetivos. Projetos de vida.

¹Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Professor Titular, Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais (DCAA), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

²Bacharel em Geografia, Mestrando em Biosistemas, Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB.

³Graduando em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

⁴Técnica em Meio Ambiente. Graduanda em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

⁵Bacharel em Geografia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

⁶Licenciado em Biologia, Graduando em Filosofia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

ABSTRACT: Sense of belonging and the bonds established with the territory are important elements in the construction of rural youths' identities and life projects. Although the family is often mentioned as one of the dimensions of place attachment, its role in the continuity of connections with place remains insufficiently explored. In this context, the present study aimed to analyze the role of the family in the construction and intergenerational continuity of place attachment among rural youth, discussing its influence on the formation of the affective, cultural, identity-related, and symbolic bonds associated with the territory. This is a theoretical study based on a narrative literature review. The findings indicate that the family goes beyond being merely a specific category within this framework, performing a transversal function in the construction and maintenance of the bonds established with the environment, the community, traditions, and ways of life. Furthermore, the discussions highlight that the search for autonomy and the development of personal life projects do not necessarily imply the weakening of affective ties with the family and the territory. It is concluded that the family plays a central role in the intergenerational continuity of place attachment, contributing to the preservation and re-signification of the affective, cultural, and identity bonds built with rural spaces.

Keywords: Territorial identity. Generational succession. Affective bonds. Life projects.

RESUMEN: El sentido de pertenencia y los vínculos establecidos con el territorio constituyen elementos fundamentales en la construcción de la identidad y de los proyectos de vida de la juventud rural. Aunque la familia suele mencionarse como una de las dimensiones del apego al lugar, su participación en la continuidad de las conexiones con el territorio aún ha sido poco explorada. En este contexto, el presente estudio tuvo como objetivo analizar el papel de la familia en la construcción y la continuidad intergeneracional del apego al lugar entre jóvenes rurales, discutiendo su influencia en la formación de los vínculos afectivos, culturales, identitarios y simbólicos asociados al territorio. Se trata de una investigación de naturaleza teórica, desarrollada mediante una revisión narrativa de la literatura. Los resultados del análisis indican que la familia trasciende la condición de una categoría específica dentro de esta concepción, desempeñando una función transversal en la construcción y el mantenimiento de los vínculos establecidos con el entorno, la comunidad, las tradiciones y el modo de vida. Además, las discusiones evidencian que la búsqueda de autonomía y la elaboración de proyectos propios no implican, necesariamente, el debilitamiento de los vínculos afectivos con la familia y el territorio. Se concluye que la familia desempeña un papel central en la continuidad intergeneracional del apego al lugar, contribuyendo a la preservación y resignificación de los vínculos afectivos, culturales e identitarios construidos con el espacio rural.

Palabras clave: Identidad territorial. Sucesión generacional. Vínculos afectivos. Proyectos de vida.

INTRODUÇÃO

O sentimento de pertencimento constitui uma dimensão importante para a existência humana, estando relacionado à construção da identidade, ao bem-estar psicológico e ao estabelecimento de vínculos significativos com pessoas, grupos e lugares.

No contexto rural, esses vínculos assumem características particulares, uma vez que o território ultrapassa sua dimensão física e produtiva, incorporando memórias, tradições, modos de vida e experiências compartilhadas entre gerações.

Entre os jovens rurais, a construção desses vínculos ocorre simultaneamente à elaboração de projetos individuais e à busca por autonomia, tornando mais complexa a relação entre pertencimento, identidade e território.

Segundo Lourenço, Speranza e Cid (2024) há uma fragilidade teórica na literatura nacional a respeito do sentimento de pertencimento, especialmente pela ausência de referenciais conceituais mais consolidados, amplamente utilizados no cenário internacional. Além disso, são exploradas de forma dispersa e por áreas específicas como Psicologia, Educação Física e Ciências Sociais. Essas limitações dificultam o avanço do debate e a construção de um entendimento mais consistente sobre o pertencimento, tanto em termos conceituais quanto em suas aplicações práticas.

Outro ponto relevante diz respeito à escassez de estudos recentes no Brasil. As mesmas autoras ressaltam que parte expressiva da literatura disponível é antiga, anterior a 2015, indicando uma lacuna temporal significativa e reforçando a necessidade de retomada e ampliação das investigações sobre o tema, especialmente considerando as transformações sociais contemporâneas.

3

Diante desse cenário, observa-se a necessidade de aprofundar as discussões sobre o sentimento de pertencimento em contextos específicos e ainda pouco explorados, como o meio rural, especialmente no que se refere à compreensão dos processos envolvidos na construção e na continuidade dos vínculos estabelecidos entre os jovens e o território.

Essa necessidade torna-se ainda mais relevante quando se considera que, embora a família apareça como uma das categorias do apego ao lugar rural, ela ainda é pouco discutida como elemento transversal na continuidade dos vínculos afetivos, culturais e identitários com o território.

Nesse contexto, emerge a seguinte questão de pesquisa: de que forma a família participa da construção e da continuidade intergeracional do apego ao lugar entre jovens rurais?

A ampliação desse debate pode contribuir para a compreensão das relações entre jovens rurais, família e território, especialmente no que se refere aos modos pelos quais os vínculos afetivos, culturais e identitários participam da construção de projetos de vida, bem como das

decisões relacionadas à permanência, à mobilidade ou à ressignificação das relações com o espaço rural (Morais; Binotto, 2024; Favareto; Perafán; Favareto, 2024).

Assim, este trabalho tem por objetivo analisar o papel da família na construção e na continuidade intergeracional do apego ao lugar entre jovens rurais, discutindo sua influência na formação dos vínculos afetivos, culturais, identitários e simbólicos estabelecidos com o território.

Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa de natureza teórica, desenvolvida por meio de revisão narrativa da literatura. A análise fundamentou-se em contribuições provenientes da Psicologia Ambiental, da Teoria dos Sistemas Familiares e dos estudos sobre juventude rural, buscando estabelecer aproximações entre essas diferentes perspectivas e discutir o papel da família na mediação dos vínculos construídos entre os jovens e o território.

O PERTENCIMENTO COMO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL

A compreensão do sentimento de pertencimento, passou a ser discutida, a partir da Teoria das Necessidades de Maslow (1943), onde o autor elenca as necessidades humanas fundamentais, organizando-as em uma estrutura hierárquica, na qual o amor, a afiliação e o pertencimento ocupam posição básica para o desenvolvimento psicológico saudável.

4

Maslow traz a ideia de que a privação dessas demandas pode gerar consequências negativas significativas, destacando que o vínculo com outros indivíduos e grupos não é um aspecto secundário da experiência humana, mas um elemento estruturante da vida psíquica.

Abdulhamed et al. (2024) reforçam essa concepção ao demonstrarem que o sentimento de pertencimento tem relação direta com a saúde mental de jovens. Destacam ainda que os níveis mais elevados de pertença estão relacionados à redução de sintomas de depressão e ansiedade, além de possuírem efeito positivo na proteção frente situações aversivas. Esses aspectos envolvem tanto o reconhecimento social quanto a percepção de adequação a um grupo ou contexto, sendo determinante para a construção da sua identidade enquanto jovem.

Quando os indivíduos vivenciam situações de exclusão, níveis mais elevados de pertencimento podem reduzir os impactos negativos dessas experiências. Eles reafirmam essa concepção ao apresentarem o caso de jovens imigrantes oriundos de contextos mais vulneráveis, esclarecendo que estes possuem uma relação mais intensa entre pertencimento e saúde mental, indicando que, para esses grupos, o pertencimento exerce um papel ainda mais central na organização do bem-estar psicológico (Abdulhamed et al., (2024).

Baumeister e Leary (1995) dialogam diretamente com a visão estabelecida por Maslow (1943), ao descreverem a hipótese do pertencimento como sendo uma manifestação que não se refere apenas a um detalhe da personalidade de cada pessoa, sendo objeto interpessoal de comportamento e funcionamento coletivo, resultantes de vínculos sociais significativos que são reforçados através de laços espontâneos.

Por outro lado, refutam a hipótese de que os laços sociais se formam apenas a partir da associação entre experiências positivas, argumentando que situações difíceis ou desagradáveis, quando compartilhadas, podem fortalecer os vínculos entre as pessoas (Baumeister; Leary, 1995).

Esse ponto de vista pode ser corroborado com as discussões apresentadas por Lincoln (2000), que, por meio do modelo moderador, evidencia que, mesmo diante de contextos adversos, as interações sociais positivas exercem um papel protetivo fundamental, diminuindo os danos dos impactos psicológicos, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos sociais.

Scannell (2013), aprofunda o entendimento de Lincoln ao identificar múltiplas funções psicológicas do apego ao lugar, entre elas o pertencimento. Segundo a autora, as conexões com lugares podem desempenhar funções semelhantes às dos vínculos interpessoais, atuando como fontes de estabilidade emocional e apoio psicológico.

No contexto brasileiro, Lourenço, Speranza e Cid (2024) analisaram a produção científica nacional que relaciona a adolescência e o sentimento de pertença, identificando que esse constructo está associado ao desenvolvimento da identidade, à participação social e à saúde mental, estando fortemente vinculado à família e aos grupos de convivência. Ressaltam ainda que o sentimento de pertencer ao território de vida, favorece os processos de reconhecimento de si e do outro, corroborando a importância do território na construção da identidade.

A relação entre pertencimento e espaço é aprofundada por Altman e Low (1992), quando definem o apego ao lugar como um fenômeno complexo, que envolve dimensões afetivas, cognitivas, sociais e culturais. Essa concepção não se limita apenas à relação com o espaço físico, mas inclui memórias, experiências, relações familiares e coletivas, funcionando como mediadores da identidade, permitindo a continuidade das experiências e a preservação de vínculos sociais e culturais ao longo do tempo.

O pertencimento passa a representar um conceito psicossocial moldado na manifestação de sentimentos afetivos por um espaço geográfico, construído em todos os estágios da vida humana (Morais; Binotto, 2024).

Nesse contexto, a necessidade do pertencimento surge como fator intrínseco nos âmbitos social, ocupacional ou espiritual, capaz de unificar os laços afetivos construídos ao longo do tempo e, em conjunto, justificando a participação do indivíduo em um determinado contexto, sendo resultantes de um processo psicossocial natural de autoconsciência (Neiman, 2024).

AS DIMENSÕES DO APEGO AO LUGAR RURAL

Morais e Binotto (2024), revisando onze estudos internacionais, buscam organizar conceitualmente o apego ao lugar rural, elencando seis categorias, sendo elas: ambiente, comunidade, enraizamento, família, retorno financeiro e vida rural.

As categorias descritas a seguir seguem a proposição teórica apresentada por Moraes e Binotto (2024), que organizam o apego ao lugar rural em diferentes dimensões inter-relacionadas.

A categoria ambiente refere-se às características físicas e naturais do espaço rural, incluindo paisagens, árvores, moradias, galpões entre outros elementos. A categoria comunidade está relacionada às relações sociais estabelecidas no lugar, envolvendo vínculos com vizinhos, moradores locais, igrejas, clubes, escolas

A categoria enraizamento está associada as emoções, memórias, tradições, ancestralidade e costumes construídos ao longo do tempo, caracterizando a profundidade da relação entre o indivíduo e o seu território. Se referem a família, como característica que envolve as relações familiares construídas na propriedade rural, incluindo sucessão geracional, transmissão de valores e continuidade do que foi construído pelas gerações anteriores.

Quanto ao retorno financeiro, correlacionam a questão dos ganhos vinculados à terra, com a capacidade de proporcionar segurança monetária e alimentar. Por fim, a categoria vida rural, que está relacionada à valorização do estilo de vida no campo, podendo estar associada à sensação de liberdade, tranquilidade, segurança, qualidade de vida e proximidade com a natureza.

Em conjunto, essas categorias demonstram que o apego ao lugar rural ultrapassa a dimensão do território, constituindo-se como uma relação complexa que integra aspectos afetivos, culturais, sociais e econômicos.

Ariccio, Lema-Blanco e Bonaiuto (2021) complementam essa ideia ao afirmarem que vincular-se ao território não é apenas simbólico, mas também funcional, estando relacionado à forma como o espaço atende às demandas subjetivas de cada um.

APEGO AO LUGAR, IDENTIDADE E PERMANÊNCIA NA JUVENTUDE RURAL

Calegare, Lopes e Zacarias (2021), evidenciam que a relação pessoa/ambiente, em seu sentido mais amplo, é o que dá origem ao sentimento de pertença, sendo construído a partir da memória coletiva, da participação comunitária e da identificação com o território. Destacam ainda que o pertencimento está associado à convivência, às relações de vizinhança e às experiências compartilhadas, reforçando que o vínculo com o lugar é inseparável das relações sociais que são estabelecidas nele.

A afirmação feita pelos está respaldada pelo seu estudo, onde identificam evidências empíricas sobre a relação entre pertencimento e a dinâmica comunitária, nele demonstram que o sentimento de pertencimento está associado à apropriação do espaço, à memória coletiva e à participação comunitária, constituindo-se como um elemento central na construção de vínculos sociais e na coesão grupal.

Os vínculos com o território contribuem para a formação de identidades coletivas e para a mobilização social em defesa do espaço em que se vive. Nesse contexto, o pertencimento não está limitado à dimensão individual, mas assume caráter coletivo, articulando memória, cultura e ação social (Escalera-Reyes, 2020).

Para Tuan (1980) e Freitas (2008) o apego ao lugar não se restringe à manifestação de sentimentos positivos em relação ao local, mas envolve processos mais amplos de identificação, memória e construção coletiva de significados. A intensidade desses vínculos tende a ser fortalecida quando os indivíduos compartilham histórias, tradições e experiências comuns, fazendo com que o território deixe de ser apenas um espaço físico e passe a representar uma referência simbólica e identitária para aqueles que nele vivem.

A convivência em contextos comunitários pode ser compreendida como um processo construído a partir das relações estabelecidas entre os moradores, através da criação de acordos, do respeito mútuo e da colaboração no cotidiano. Sanchez-Villafã e Quiceno-Pérez (2016) ressaltam que viver em comunidade não se resume à proximidade física, mas depende da qualidade das interações sociais, que possibilitam a organização da vida em grupo e o desenvolvimento de vínculos entre as pessoas.

O processo comunitário se dá na solidariedade, na participação e na interação social, sendo a interação o elemento central para a construção de ações coletivas e fortalecimento dos vínculos (Sanchez-Villafã; Quiceno-Pérez, 2016).

Partindo dessa premissa, entende-se que no contexto rural, a relação pessoa/ambiente se torna ainda mais forte e com impactos importantes sobre o apego ao lugar. Os lugares estabelecem suporte para atender as necessidades psicológicas básicas, favorecendo a construção de vínculos afetivos mais fortes, exercendo também, influência nos comportamentos individuais.

Essa intensificação dos vínculos pode ser analisada a partir de diferentes perspectivas teóricas, tal como apontado por Xu et al. (2019), quando destacam que o “apego ao lugar” representaria um termo mais simples da interação entre pessoas e o espaço físico, enquanto “apego a terra” refere-se à relação entre agricultores e suas terras rurais, embora ambos os termos envolvam aspectos culturais, ambientais, históricos e sentimentais que variam de acordo com os respectivos nichos de inclusão.

Nesse sentido, Darabaneanu, Maci e Oprea (2024), em análises realizadas em investigações sobre o apego ao ambiente rural na Romênia, observaram que quanto mais frequentemente um indivíduo interage com os elementos do seu ambiente, maior é a intensidade do apego ao lugar, o que desencadeia um mecanismo natural de preservação e conservação dele.

Outra visão referente aos vínculos entre indivíduo e ambiente também pode ser observada nas investigações feitas por Kristjánsdóttir, Sigurðardóttir e Pálsdóttir (2020), em paisagens rurais da Islândia, apontando que o apego ao lugar pode ser vivenciado de forma mais imediata e experiencial, com os ambientes naturais proporcionando um tipo de “refúgio mental”, associado ao bem-estar, capaz de elevar a mente além dos cosmos terrenos.

A multiplicidade de fatores relacionados ao apego a terra também pode ser vista em pesquisa elaborada por Xu et al. (2019), na região de Wuxi, China. Os principais resultados retratam subjetividade entre os agricultores, com parcelas que defendem a permanência no campo mediante ao vínculo emocional formado na região e, diante das dificuldades culturais e econômicas de adaptação ao cenário urbano.

Em contrapartida, parte dos participantes, embora manifestem vínculos afetivos aos seus territórios, estão dispostos a abrir mão desse sentimento a fim de buscar melhores oportunidades de trabalho, enquanto os demais entrevistados partilham de uma visão materialista, não apresentando nenhuma lembrança afetiva, creditando o âmbito rural como fisicamente desgastante e pouco atrativo financeiramente (Xu et al., 2019).

Essa diversidade de percepções sobre o apego à terra também se reflete na importância da educação no contexto rural. Para os mais jovens, o papel pedagógico exercido pelas escolas é fundamental na construção da identidade rural e no fortalecimento do sentimento de pertencimento. Ao promoverem projetos, trabalhos e visitas que valorizam o ambiente do campo, as escolas podem despertar uma vontade genuína nos jovens de continuar o processo de sucessão familiar, tal como destacado por Ziech (2018).

No campo da psicologia social, Maricchiolo et al. (2021) demonstram que a identidade social local influencia o bem-estar por meio do apego ao lugar, evidenciando que a identificação com o território e as relações sociais estabelecidas nesse espaço atuam como mediadores positivos, reforçando a importância da dimensão comunitária na construção dos vínculos.

A relação entre apego ao lugar e comportamento é sistematizada por Dang e Weiss (2021), onde demonstram que esse vínculo está associado a diferentes intenções comportamentais, incluindo engajamento cívico, comportamento ambiental e lealdade ao lugar. Ressaltam ainda que pode influenciar decisões práticas dos indivíduos, incluindo a decisão relacionada a permanência na comunidade.

Sánchez-Villafañe e Quiceno-Pérez (2016) oferecem uma leitura crítica das dinâmicas comunitárias ao demonstrarem que a convivência depende de solidariedade e participação, mas pode ser atravessada por individualismo e desconfiança. Essa concepção contribui para evitar visões idealizadas do pertencimento, reconhecendo sua complexidade e suas contradições no cotidiano.

A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA CONSTRUÇÃO E CONTINUIDADE INTERGERACIONAL DO APEGO AO LUGAR

Embora Moraes e Binotto (2024) apresentem a família como uma das seis categorias do apego ao lugar rural, a análise das demais dimensões sugere que ela pode exercer uma função diferenciada em relação às outras.

Os vínculos com o ambiente, a comunidade, as tradições, o modo de vida rural e até mesmo os significados atribuídos ao trabalho e à terra não surgem de maneira espontânea, mas são construídos por meio dos processos de socialização vivenciados ao longo da vida.

Nesse contexto, a família representa o primeiro espaço de convivência e aprendizagem, sendo responsável pela transmissão de memórias, valores, crenças, práticas produtivas, formas de relacionamento e significados culturais associados ao território.

Pratta e Santos (2007) ressaltam que a família, além de constituir o primeiro espaço de socialização, desempenha importante função na transmissão de valores, crenças, normas, práticas e padrões culturais compartilhados por determinado grupo social. É nesse contexto que os indivíduos constroem suas primeiras referências sobre o mundo, elaboram significados e desenvolvem formas de interpretar e se relacionar com o ambiente em que vivem. Dessa maneira, a influência familiar ultrapassa as relações interpessoais, alcançando também a construção dos vínculos simbólicos e afetivos estabelecidos com o território.

Nessa perspectiva, a influência familiar não se restringe a uma categoria específica do apego ao lugar. Sua presença atravessa as demais dimensões que estruturam a relação dos indivíduos com o espaço rural, contribuindo para a formação e manutenção desses vínculos.

Essa posição transversal sugere que a família pode atuar como mediadora da continuidade dos vínculos afetivos, culturais e identitários com o território ao longo das gerações.

Minuchin e Fishman (2003) destacam que a família se desenvolve a partir de duas funções essenciais, a primeira o estabelecimento de um sentimento de pertença aquele grupo e a segunda a individualização de seus integrantes, ou seja, as pessoas pertencentes aquele sistema familiar mesmo com vínculos estabelecidos com o grupo, não deixaram de construir uma identidade própria que, assim como aquela estrutura, está em constante evolução.

10

Em uma concepção contemporânea da Teoria dos Sistemas Familiares, Brown e Errington (2024) destacam que a diferenciação do Self é compreendida como a capacidade de o indivíduo desenvolver sua identidade, seus valores e sua autonomia, preservando seus vínculos emocionais significativos com as pessoas mais próximas.

Brown e Errington (2024) argumentam que a diferenciação do Self não implica afastamento da família. Pelo contrário, ela decorre da capacidade de preservar vínculos significativos sem abrir mão da construção da própria individualidade. Dessa forma, indivíduos com maior nível de diferenciação tendem a manter relações de proximidade e intimidade sem perder a capacidade de pensar, decidir e agir de maneira coerente com suas próprias convicções, mesmo em contextos de intensa ligação emocional.

É esperado que durante o processo de diferenciação o indivíduo elabore seu Self separado da sua família, ainda que seus laços sejam mantidos com ela. Essa separação é necessária para que ele seja capaz de diferenciar-se emocionalmente de sua família, sem o rompimento dos seus vínculos com ela. O jovem que apresenta dificuldades no processo de diferenciação pode ficar

fundido ou distanciar-se completamente daqueles significativos de sua família. Aqueles que elaboram essa diferenciação de forma exitosa, tenderão a diferenciarem-se emocionalmente de sua família, sem o rompimento de vínculos significativos (Neves, 2011; Kerr, 1988).

Essa compreensão é compatível com a formulação contemporânea proposta por Brown e Errington (2024), ao enfatizarem que sob essa ótica, a necessidade de pertencer e a busca por autonomia não são processos incompatíveis, mas dimensões que tendem a coexistir ao longo do desenvolvimento humano, onde indivíduos com maior nível de diferenciação tendem a estabelecer relações mais estáveis e flexíveis, sendo capazes de construir projetos pessoais e exercer sua autonomia sem que isso implique o enfraquecimento dos vínculos afetivos com as pessoas e os grupos aos quais pertencem.

Guimarães (2014) ao retomar as ideias de Bowen (1991) quando destaca que os membros que compõem uma família, experimentam o sentido de diferenciação ou individuação e de pertencimento. Para ele, “pertencer significa a garantia de que o indivíduo tem de fazer parte de uma determinada família com crenças, valores, mitos, preconceitos e regras próprias, que formam sua identidade familiar” (p. 55).

Essa perspectiva permite compreender que a continuidade dos vínculos construídos ao longo das gerações não se restringe às relações interpessoais, podendo abranger também os significados atribuídos aos espaços de vida. Memórias, tradições, práticas produtivas, crenças e modos de viver compartilhados no contexto familiar constituem referências que contribuem para a manutenção dos vínculos afetivos e identitários com o território (Brown; Errington, 2024).

Brown e Errington (2024) afirmam que a continuidade das relações familiares pode ser acompanhada pela continuidade dos vínculos com o lugar, permitindo que pertencimento e autonomia coexistam, mesmo diante da elaboração de projetos individuais e de experiências de mobilidade.

Essa dinâmica assume papéis particulares entre os jovens rurais. Favareto, Perafán e Favareto (2024) argumentam que eles experimentam uma dupla transição. A primeira, comum a outros segmentos juvenis, refere-se ao processo de construção da autonomia e à necessidade de elaboração de projetos próprios. A segunda está relacionada às transformações contemporâneas do mundo rural, exigindo dos jovens a capacidade de conciliar os referenciais herdados das gerações anteriores com as demandas de uma realidade significativamente distinta daquela vivenciada por seus pais e avós.

Os jovens rurais não se encontram necessariamente diante de uma escolha excludente entre preservar as tradições familiares ou romper com elas. Wanderley (2007) destaca que a trajetória juvenil é marcada pela coexistência, muitas vezes paradoxal, entre ideais de continuidade e de transformação. Isso significa que a elaboração de projetos individuais e a incorporação de novas experiências não implicam, necessariamente, a negação das referências familiares e territoriais, mas podem representar formas de ressignificação e atualização dessas heranças ao longo do tempo.

Essa interpretação sugere que a construção da identidade dos jovens rurais ocorre em meio à tensão entre a busca por autonomia e a permanência de compromissos estabelecidos com a família e com as tradições herdadas.

Como destacam Favareto, Perafán e Favareto (2024), a passagem para a vida adulta envolve a necessidade de apoiar-se em um legado construído pelas gerações anteriores e, simultaneamente, superá-lo para responder aos desafios de contextos em constante transformação.

As observações de Carneiro (1998) caminham na mesma direção ao mostrarem que a valorização das referências familiares pode coexistir com a elaboração de projetos próprios, participando conjuntamente da construção das identidades juvenis.

12

Assim, a autonomia não é, necessariamente, sinônimo de ruptura, mas faz parte de um processo contínuo de negociação entre pertencimento, individualidade e continuidade dos vínculos familiares e territoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo da revisão permitiu compreender que, embora a literatura costume apresentar a família como uma das categorias do apego ao lugar rural, sua influência parece extrapolar essa condição, assumindo uma função mais abrangente na constituição dos vínculos estabelecidos entre os indivíduos e o território.

As diferentes dimensões do apego ao lugar rural discutidas ao longo do estudo evidenciam que os vínculos com o ambiente, com a comunidade, com as tradições e com o modo de vida não se constituem de forma espontânea ou isolada. Ao contrário, são construídos por meio das experiências do cotidiano, dos processos de socialização e das relações estabelecidas ao longo do tempo.

Nesse contexto, a família emerge como o primeiro espaço de convivência e aprendizagem, participando da transmissão de valores, crenças, memórias, práticas produtivas e significados culturais que contribuem para a construção das referências afetivas e identitárias associadas ao território.

Os resultados dessa reflexão teórica permitem sustentar a compreensão de que a família exerce uma função transversal em relação às demais dimensões do apego ao lugar rural. Mais do que representar uma categoria isolada, ela parece atuar como elemento mediador da continuidade intergeracional dos vínculos afetivos, culturais, identitários e simbólicos construídos com o território. Essa interpretação permite ampliar a compreensão do fenômeno e oferece uma leitura que atribui maior centralidade às relações familiares nos processos de construção e manutenção dos vínculos estabelecidos com o espaço rural.

Outro aspecto que surge da discussão, refere-se à relação entre pertencimento e autonomia. As contribuições contemporâneas da Teoria dos Sistemas Familiares possibilitam compreender que a construção da individualidade e a elaboração de projetos próprios não implicam, necessariamente, o enfraquecimento dos vínculos afetivos estabelecidos com a família e com o território.

Dessa forma, a busca por autonomia não precisa ser interpretada como um afastamento das referências familiares. Em muitos casos, ambas as dimensões se desenvolvem simultaneamente, permitindo que os indivíduos construam seus próprios caminhos sem perder completamente os vínculos que os conectam à família e ao território.

13

Essa interpretação assume relevância particular quando relacionada à juventude rural. Frequentemente, as discussões sobre permanência e saída do campo tendem a ser conduzidas a partir de perspectivas dicotômicas, nas quais a construção de trajetórias individuais é compreendida como incompatível com a continuidade dos vínculos estabelecidos com o meio rural.

Entretanto, os autores analisados ao longo deste estudo permitem compreender que as trajetórias juvenis são marcadas por processos mais complexos, nos quais projetos individuais, experiências de mobilidade e transformações sociais contemporâneas coexistem com a permanência de vínculos afetivos, culturais e simbólicos construídos no contexto familiar e territorial.

Dessa forma, a elaboração de projetos próprios, a busca por formação acadêmica, a inserção em novos espaços de trabalho ou mesmo as experiências de mobilidade não devem ser

interpretadas, necessariamente, como manifestações de ruptura ou negação das referências construídas no contexto familiar. Em muitos casos, tais movimentos podem representar formas de ressignificação e atualização dessas heranças, permitindo que a continuidade dos vínculos com o território se manifeste por diferentes caminhos e assuma novos formatos ao longo das trajetórias de vida.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para ampliar as discussões sobre apego ao lugar rural ao propor uma interpretação que compreende a família como mediadora da continuidade intergeracional dos vínculos estabelecidos com o território. Essa perspectiva possibilita superar abordagens que a tratam apenas como uma dimensão entre outras, evidenciando sua participação na construção e sustentação das demais categorias do apego ao lugar rural.

Por se tratar de uma investigação de natureza teórica, as interpretações aqui apresentadas encontram-se circunscritas às possibilidades e aos limites da literatura analisada. Nesse sentido, futuras pesquisas empíricas poderão contribuir para aprofundar a compreensão acerca das formas pelas quais os jovens rurais percebem a influência da família na construção de seus vínculos com o território, bem como nas relações estabelecidas entre pertencimento, identidade, autonomia e projetos de vida.

REFERÊNCIAS

ABDULHAMED, R.; HIETAJÄRVI, L.; SKOGBERG, N.; KLEMETTI, R.; LONKA, K. Sense of belongingness, discrimination, and mental health: Associations and buffering effects of sense of belonging on mental health among Finnish native and immigrant-origin Youth. **International Journal of Intercultural Relations**, v. 103, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2024.102081>.

ALTMAN, I.; LOW, S. M. (org.). **Place attachment**. New York: Plenum Press, 1992.

ARICCIO, S.; LEMA-BLANCO, I.; BONAIUTO, M. Place attachment satisfies psychological needs: the role of place attachment in the relationship between perceived residential environment quality and psychological well-being. **Journal of Environmental Psychology**, v.78, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2021.101692>.

BAUMEISTER, R. F.; LEARY, M. R. The need to belong: Desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. **Psychological Bulletin**, 117(3), 497-529, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1037/0033-2909.117.3.497>

BROWN, J.; ERRINGTON, L. Bowen family systems theory and practice: Illustration and critique revisited. **Australian and New Zealand Journal of Family Therapy**, v. 45, n. 1, p. 135-155, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1002/anzf.1589>

CALEGARE, M.; LOPES, K. P.; ZACARIAS, E. F. J. Sentimento de pertença de moradores indígenas e não indígenas em comunidade pluriétnica de Manaus/AM. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 26, n. 3, p. 333-343, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20210031>.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (orgs.). **Mundo rural e política**. Ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad X, 1998.

DANG, L.; WEISS, J. Evidence on the relationship between place attachment and behavioral intentions between 2010 and 2021: a systematic literature review. **Sustainability**, v. 13, n. 23, p. 13138, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/su132313138>.

DARABANEANU, D.; MACI, D.; OPREA, I. M. Influence of Environmental Perception on Place Attachment in Romanian Rural Areas. **Sustainability**, [S.I.], v.16, n.3, p.1106, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/su16031106>.

ESCALERA-REYES, J. Place attachment, feeling of belonging and collective identity in socio-ecological systems: study case of Pegalajar (Andalusia-Spain). **Sustainability**, v.12, n.8, p.3388, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/su12083388>.

FAVARETO, A.; PERAFÁN, M. V.; FAVARETO, A. Juventudes rurais: o que diz a literatura e algumas questões para uma agenda de pesquisas e de políticas. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 44, n. 2, p. 242-263, 2024. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2024.v44.891>.

15

FREITAS, C. G. **Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul**. Acre/ César Gomes de Freitas. Campo Grande, MS: [s.n.], 2008.

GUIMARÃES, N. V. **Autoridade e autonomia em tempos líquidos: a teoria sistêmica na contemporaneidade**. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa, 2014.

KERR, M. E. Chronic anxiety and defining *Self*. **The Atlantic Monthly**, n. 9, p. 35-58, 1988.

KRISTJÁNSDÓTTIR, H. L.; SIGURÐARDÓTTIR, S.; PÁLSDÓTTIR, A. M. The Restorative Potential of Icelandic Nature. **International journal of environmental research and public health**, v.17, n.23, p. 1-21, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph17239095>.

LINCOLN, K. D. Social Support, Negative Social Interactions, and Psychological Well-Being. **Social Service Review**, [S.I.], v. 74, n. 2, p. 231-252, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1086/514478>.

LOURENÇO, M. S. G.; SPERANZA, M.; CID, M. F. B. Adolescência e sentimento de pertença: apontamentos da literatura nacional. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, 17(3), 2024. DOI: <https://dx.doi.org/10.36298/gerais202417e21682>.

MARICCHIOLO, F.; MOSCA, O.; PAOLINI, D.; FORNARA, F. *The Mediating Role of Place Attachment Dimensions in the Relationship Between Local Social Identity and Well-Being*. **Frontiers in Psychology**, v. 12, 2021. Doi:10.3389/fpsyg.2021.645648. Acesso em: 21 de abr. 2026. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.645648>.

MASLOW, A. H. *A theory of human motivation*. **Psychological Review**, v. 50, n. 4, p. 370-396, 1943. Disponível em: <https://psychclassics.yorku.ca/Maslow/motivation.htm>.

MINUCHIN, S.; FISHMAN, H. C. **Técnicas de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MORAIS, M.; BINOTTO, E. Análise das categorias de apego ao lugar rural. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 25, n. 3, jul./set. 2024. DOI: <https://dx.doi.org/10.20435/inter.v25i3.3887>.

NEIMAN, M. **A Psicologia que Sinto: Identidade e Pertencimento**. 1 ed. Londrina: Científica, 2024.

NEVES, C. D. **Diferenciação do Self: diferenças entre pais e filhos adolescentes e relação com o ambiente familiar**. Dissertação (mestrado) – Universidade de Lisboa. Mestrado Integrado em Psicologia, 2011.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio/ago. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000200005>.

SANCHEZ-VILLAFANE, A. L.; QUICENO-PÉREZ, J. J. Significados de convivencia: una comprensión desde la dinámica cotidiana que los promueve. **Pensando Psicología**, v. 12, n. 19, 55-67, 2016. DOI: <https://doi.org/10.16925/pe.v12i19.1328>

SCANNELL, L. **The bases of bonding: the psychological functions of place attachment in comparison to interpersonal attachment**. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia), University of Victoria, Victoria, Canadá.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

XU, G.; LI, Y.; HAY, I.; ZOU, X.; TU, X.; WANG, B. Beyond Place Attachment: Land Attachment of Resettled Farmers in Jiangsu, China. **Sustainability**, Basileia, v. 11, n. 2, p. 420, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3390/su11020420>.

ZIECH, M. E. Educação do Campo e a construção da identidade territorial do aluno da Escola do Campo do Distrito de Cândido Freire – Giruá (RS). JORNADA DE PESQUISA, XXIII, 2018, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí. **Anais...** Ijuí: UNIJUÍ, 2018.